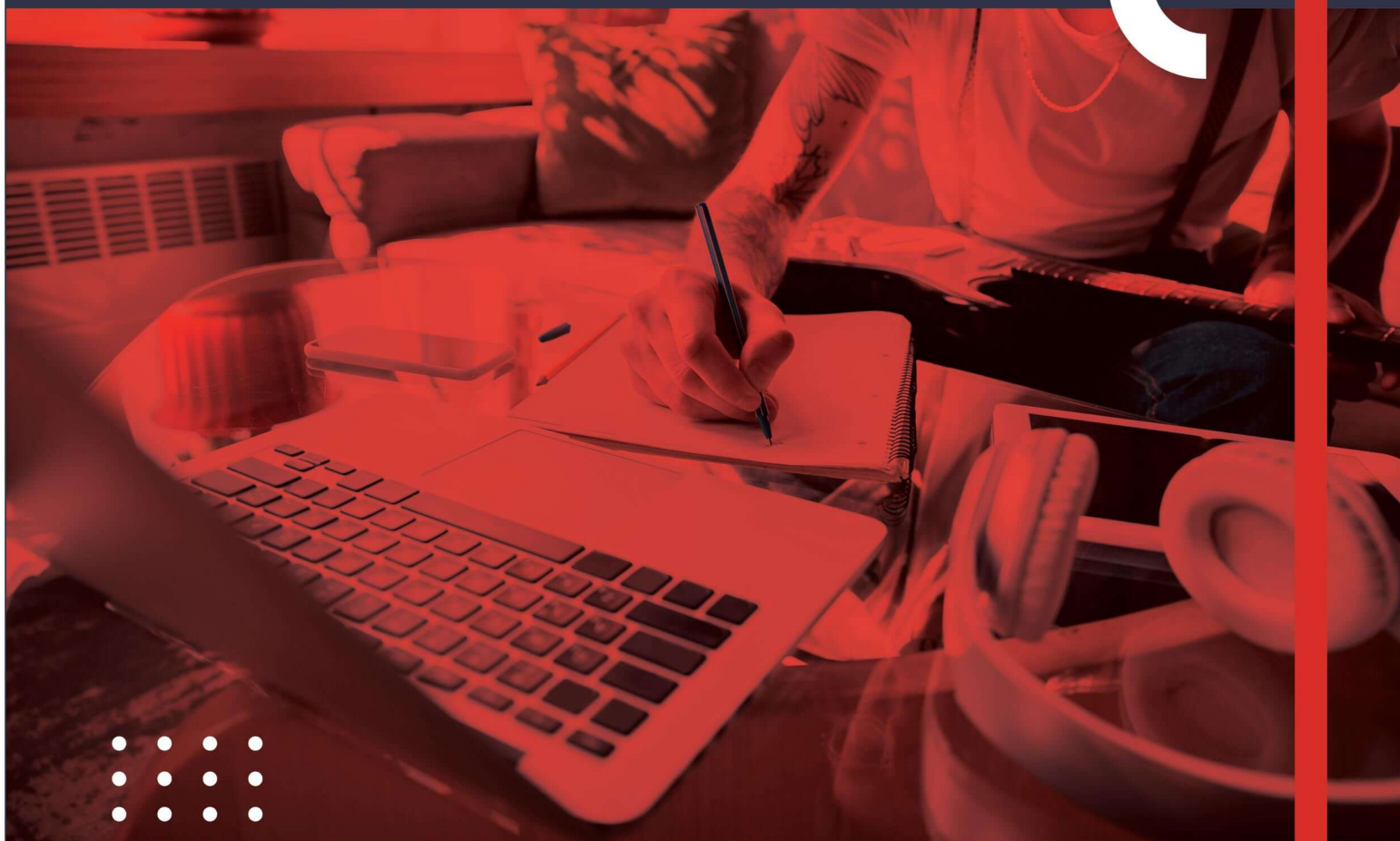


# Apostila de Estudos



“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia.”

(Robert Collier)

*Bons Estudos!*


## Atendimento à Mulheres em Situação de Violência

O homem e a sociedade .....	2
O Estado de Direito .....	6
O Estado Democrático .....	8
Direito e Organizações Humanitárias .....	10
Análise das principais concepções sobre Direitos Humanos: Filosófica(Jusnaturalista), Teológica e Histórico-Social.....	12
Universalização dos Direitos Humanos e multiculturalismo.....	16
Direitos Humanos no Brasil .....	18
Direitos Humanos e Serviço Social .....	21
Percepção dos direitos humanos pela construção das lutas sociais .....	28
Direitos Humanos na Contemporaneidade: Neoliberalismo, Imperialismo e Globalização.....	30
Referências Bibliográficas .....	35

## O HOMEM E A SOCIEDADE

O direito, decorrente da criação humana, é direcionado de acordo com os interesses impostos pela sociedade. Tal fato torna-o dinâmico, exigindo que ele, a cada época, acompanhe os anseios e interesses da sociedade para qual foi criado. Deste modo, verifica-se, concretamente, constante mutação dos significados dos institutos jurídicos, como manifesta Paulo Nader :

“As instituições jurídicas são inventos humanos, que sofrem variações no tempo e no espaço. Como processo de adaptação social, o direito deve estar sempre se refazendo, em face da mobilidade social. A necessidade de ordem, paz, segurança, justiça, que o direito visa a atender, exige procedimentos sempre novos. Se o direito se envelhecer, deixa de ser um processo de adaptação, pois passa a não exercer a função para qual foi criado. Não basta, portanto, o ser do direito na sociedade, é indispensável o ser atuante, o ser atualizado. Os processos de adaptação devem-se renovar, pois somente assim o direito será um instrumento eficaz na garantia do equilíbrio e harmonia social” (nossos grifos). Portanto, como o direito decorre da criação humana, isto é, da vontade da sociedade em auto-regulamentar-se, ele manifesta-se como controlador do homem social ou como sistema de controle social.”

**Sociedade**  Conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade.

A sociedade pode ser vista como um grupo de pessoas com semelhanças étnicas, culturais, políticas e/ou religiosas ou mesmo pessoas com um objetivo comum. Uma delimitação física (como um território, um país ou um continente) não pode definir uma sociedade, já que entre eles podem ter diferenças que podem se afastar do conceito da sociedade.

Está implícito, no significado de sociedade, que seus membros compartilham interesses ou preocupações mútuas sobre um objetivo comum.

Como tal, "sociedade" é, muitas vezes, usado como sinônimo para o coletivo de cidadãos de um país governados por instituições nacionais que lidam com o bem-estar cívico. Pessoas de várias nações unidas por tradições, crenças ou valores políticos e culturais comuns, em certas

ocasiões, também são chamadas de sociedades (por exemplo, a Judaico-cristã, a Oriental, a Ocidental etc.). Quando usado nesse contexto, o termo age como meio de comparar duas ou mais "sociedades" cujos membros representativos representam visões de mundo alternativas, competidoras e conflitantes.

As sociedades humanas são, na maioria das vezes, organizadas de acordo com seu principal meio de subsistência.

Cientistas sociais identificaram sociedades caçadoras-coletoras, sociedades pastorais nômades, sociedades horticultoras ou simples sociedades agrícolas e sociedades intensivas em agricultura, também chamadas de civilizações. Alguns consideram que as sociedades industrial e pós-industrial são qualitativamente diferentes das tradicionais sociedades agrícolas.

Atualmente, os antropólogos e muitos cientistas sociais se opõem vigorosamente contra a noção de evolução cultural e "etapas" rígidas como essas. Na verdade, muitos dados antropológicos têm sugerido que a complexidade (civilização, crescimento e densidade populacional, especialização etc.) nem sempre toma a forma de organização ou estratificação social hierárquica.

Além disso, o relativismo cultural, como uma abordagem generalizada ou ética, tem substituído as noções de "primitivo", melhor/pior ou "progresso" em relação às culturas (incluindo a sua cultura material/tecnologia e organização social).

As sociedades também podem ser organizadas de acordo com a sua estrutura política. A fim de crescer em tamanho e complexidade, existem sociedades de bandos, tribos, chefias, e sociedades estatais. Estas estruturas podem ter diferentes graus de poder político, dependendo dos ambientes cultural, geográfico e histórico nos quais essas sociedades estão inseridas. Assim, uma sociedade mais isolada com o mesmo nível de tecnologia e cultura que as outras sociedades tem mais probabilidade de sobreviver do que uma em estreita proximidade com outras sociedades que possam interferir em seus recursos. Uma sociedade que é incapaz de oferecer

uma resposta eficaz para outras sociedades que concorram com ela normalmente é subsumida pela cultura da sociedade concorrente.

O sociólogo Gerhard Lenski difere as sociedades com base em seu nível de tecnologia, economia e comunicação:

- 1) caçadores e coletores,
- 2) agrícolas simples,
- 3) agrícolas avançadas
- 4) industrial, e
- 5) especial (sociedades, por exemplo, de pesca ou marítima).

Esta classificação é semelhante ao sistema anterior desenvolvido pelos antropólogos Morton H. Fried, um teórico do conflito, e Elman Service, uma teórica da integração, que produziram um sistema de classificação para as sociedades para todas as culturas humanas com base na evolução da desigualdade econômica, da desigualdade social e do papel do Estado. Este sistema de classificação contém quatro categorias:

Bandos de caçadores-coletores (categorização de deveres e responsabilidades).

Sociedades Tribais, nas quais existem alguns casos limitados de classe social e prestígio.

Estruturas estratificadas lideradas por caciques.

civilizações, com hierarquias sociais complexas e organizadas e governos institucionais.

Além delas, também existem:

Humanidade, sobre a qual repousam todos os elementos da sociedade, incluindo suas crenças.

Sociedade virtual, uma sociedade baseada na identidade online, que está se desenvolvendo na Era da Informação.

Ao longo do tempo, algumas culturas evoluíram para formas mais complexas de organização e controle. Esta evolução sociocultural tem um efeito profundo

sobre os padrões da comunidade. Tribos de caçadores-coletores se estabeleceram em torno de fontes de alimentos sazonais para tornarem-se aldeias agrárias. As aldeias cresceram para se tornarem vilas e cidades. As cidades se transformaram em cidades-estados e estados-nação.

Muitas sociedades distribuem generosidade a mando de algum indivíduo ou algum grupo maior de pessoas. Este tipo de generosidade pode ser vista em todas as culturas conhecidas. Normalmente, o indivíduo ou grupo generoso ganha prestígio ao realizar esses atos. Por outro lado, membros de uma sociedade também podem evitar ou excluir os membros que violem as suas normas. Mecanismos, tais como o ato de dar presentes, relações jocosas e bode expiatório, que podem ser vistos em vários tipos de agrupamentos humanos, tendem a ser institucionalizados em uma sociedade. A evolução social, como um fenômeno, traz, consigo, alguns elementos que poderiam ser prejudiciais para a respectiva população.

Algumas sociedades concedem status a um indivíduo ou um grupo de pessoas, quando esse indivíduo ou grupo executa uma ação admirada ou desejada. Este tipo de reconhecimento é concedido sob a forma de um título, nome, forma de se vestir, ou recompensa monetária. Em muitas sociedades, o status de adultos do sexo masculino ou feminino está sujeito a um ritual ou processo deste tipo. Ações altruístas no interesse da comunidade são vistas em praticamente todas as sociedades. Os fenômenos de ação comunitária, bode expiatório, generosidade, de risco compartilhado e recompensa são comuns a muitas formas de sociedade.

## O ESTADO DE DIREITO

Estado de direito é uma situação jurídica, ou um sistema institucional, no qual cada um e todos (do simples indivíduo até o poder público) são submetidos ao império do direito. O estado de direito é, assim, ligado ao respeito às normas e aos direitos fundamentais. Em outras palavras, o estado de direito é aquele no qual até mesmo os mandatários políticos (na democracia: os eleitos) estão submissos à legislação vigente.

O estado de direito é aquele em que vigora o chamado "império da lei". Esta expressão engloba alguns significados:

Neste tipo de estado, as leis são criadas pelo próprio Estado, através de seus representantes politicamente constituídos;

Uma vez que o Estado criou as leis e estas passam a ser eficazes (isto é, aplicáveis), o próprio Estado fica adstrito ao cumprimento das regras e dos limites por ele mesmo impostos;

O terceiro aspecto, que se liga diretamente ao segundo, é a característica de que, no estado de direito, o poder estatal é limitado pela lei, não sendo absoluto, e o controle desta limitação se dá através do acesso de todos ao Poder Judiciário, que deve possuir autoridade e autonomia para garantir que as leis existentes cumpram o seu papel de impor regras e limites ao exercício do poder estatal.

Outro aspecto da expressão "de direito" refere-se a que tipo de direito exercerá o papel de limitar o exercício do poder estatal. No estado democrático de direito, apenas o direito positivo (isto é, aquele que foi codificado e aprovado pelos órgãos estatais competentes, como o Poder Legislativo) poderá limitar a ação estatal, e somente ele poderá ser invocado nos tribunais para garantir o chamado "império da lei". Todas as outras fontes de direito, como o Direito Canônico ou o Direito natural, ficam excluídas, a não ser que o direito positivo lhes atribua esta eficácia, e apenas nos limites estabelecidos pelo último.

Nesse contexto, destaca-se o papel exercido pela Constituição. Nela estão presentes os limites e as regras para o exercício do poder estatal (onde se inscrevem as chamadas "garantias fundamentais"), e, a partir dela, redige-se o restante do chamado "ordenamento jurídico", isto é, o conjunto de leis que regem uma sociedade. O estado democrático de direito não pode prescindir da existência de uma Constituição e do integral respeito a ela, inclusive por parte dos órgãos institucionais encarregados de operar o direito, que não poderão funcionar com partidarismo ou como juízo ou tribunal de exceção.



A expressão Estado de Direito foi cunhada pelo jurista alemão Robert von Mohl, no século XIX, ao procurar sintetizar a relação estreita que deve haver entre Estado e Direito ou entre política e lei. Segundo Canotilho, por oposição a Estado de não-Direito, podemos entender o Estado de Direito como o Estado propenso ao Direito: "Estado de direito é um Estado ou uma forma de organização político-estatal cuja atividade é determinada e limitada pelo direito. „Estado de não direito“ será, pelo contrário, aquele em que o poder político se proclama desvinculado de limites jurídicos e não reconhece aos indivíduos uma esfera de liberdade ante o poder protegida pelo direito" (Canotilho, 1999, p. 11).

Em uma frase simples, podemos definir Estado de Direito a partir da estrutura estatal em que o poder público é definido/limitado/controlado por uma Constituição. Portanto, há uma maior juridicização do poder político. Também inicialmente, podemos afirmar que seus principais elementos são:

a) império da lei: quer dizer que a lei deve ser imposta a todos, a começar do Estado – o Estado tem personalidade jurídica e por isso é objeto do Direito que ele próprio produz;

b) separação dos poderes: significa que o Poder Executivo não pode anular o Poder Legislativo, além do que deve ser acompanhado e julgado pelo Poder Judiciário – trata-se de assegurar a interdependência dos poderes por meio da aplicação do sistema de freios e contrapesos;

c) prevalência dos direitos individuais fundamentais: refere-se notadamente aos direitos individuais, até os anos 20 do século XX, porque somente nesse período é que entraram em cena os direitos sociais e coletivos.

Por Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder. Assim entendido, o Estado de direito reflete a velha doutrina [...] da superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens, segundo a fórmula *lex facit regem* (Bobbio, 1990, p. 18).

Do Estado de direito em sentido forte, que é aquele próprio da doutrina liberal, são parte integrante todos os mecanismos constitucionais que impedem ou obstaculizam o exercício arbitrário e ilegítimo do poder e impedem ou desencorajam o abuso ou o exercício ilegal do poder.

## O ESTADO DEMOCRÁTICO

Estado democrático de direito é um conceito de Estado que busca superar o simples estado de direito concebido pelo liberalismo. Garante não somente a proteção aos direitos de propriedade: mais que isso, defende, por meio das leis, uma variedade de garantias fundamentais, baseadas no chamado "Princípio da Dignidade Humana".

A expressão "estado democrático de direito" conjuga dois conceitos distintos que, juntos, definem a forma de funcionamento tipicamente assumido pelo estado de inspiração ocidental. Cada um destes termos possui sua própria definição técnica, mas, neste contexto, referem-se especificamente aos parâmetros de funcionamento do Estado ocidental moderno.

As disposições assentadas – somadas ao estampado no artigo 2º da Carta Política, onde se afiança harmonia entre os poderes – são a base legal para se arquitetar o sistema de freios e contrapesos. Estado Democrático de Direito é, assim, um Estado que visa à garantia do exercício de direitos individuais e sociais, e os poderes instituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário) são organizados de forma a que um não avance sobre a função precípua do outro.

Estado de Direito é possibilidade de organização estatal que sucedeu ao chamado absolutismo em razão das Revoluções Burguesas dos séculos XVII e XVIII, sobretudo a Francesa, com as quais se afirmou o constitucionalismo. Um modelo cujo embrião é a Magna Carta, que no século XIII já consignava os elementos essenciais do moderno constitucionalismo: limitação do poder do Estado e a declaração dos "Direitos Fundamentais da Pessoa Humana". É um modo de organização que se contrapõe ao Absolutista por não mais admitir a confusão entre o poder e aquele que o exerce, deixando de fazer sentido a locução célebre creditada a Luís XIV: "O Estado sou Eu". Surge, assim, a ideia da Supremacia da Constituição.

Na prática, o Estado de Direito é o que decorre das Revoluções Burguesas, caracterizando os Direitos Fundamentais de primeira dimensão, marcados, pois, por uma passividade do Estado. Em outra medida, o Estado Democrático de Direito se caracteriza por conjugar, a um só tempo, direitos humanos em sucessivas dimensões, comportando também, por isto, uma postura positiva do Estado.

A Constituição da República Federativa do Brasil é importante por afiançar, já no preâmbulo, um Estado Democrático de Direito. Destacando, e recortando no sentido do enfoque do trabalho, implica em partição de poderes na esfera

constitucional, e, na processual, aduz ao contraditório e à duração razoável do processo.

Tem-se que é preciso conjugar limitações constitucionais e a ordem processual trazida pelas súmulas vinculantes:

- 1) não basta a garantia do direito material sem as vestes do direito processual;
- 2) o direito deve poder ser exercido; e,
- 3) as questões de ordem processual precisam se conciliar com as limitações que estruturam o Sistema Democrático.

Estado Democrático de Direito, como se percebe, importa que os poderes sejam exercidos por quem de direito. Mas é mais que isso, sobretudo em uma República como a brasileira, caracterizada pela assunção de grandes compromissos em sua Carta. Um compromisso que se caracteriza por uma isonomia rigorosa e relacionada com a igualdade em sentido material:

Verifica-se que todos os verbos utilizados na expressão normativa – construir, erradicar, reduzir, promover – são de ação, vale dizer, designam um comportamento ativo. O que se tem, pois, é que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional.

Do inserido na Constituição da República em seu artigo 5º, LV, tem-se que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Esta garantia, associada ao "livre convencimento motivado", corrobora com a efetivação do Estado de Direito:

Estado que se autolimita porque a si se submete.

O Supremo Tribunal Federal no pós Emenda Constitucional 45 assumiu a condição de criador de normas abstratas. Súmulas vinculantes, que estritamente não são leis, impõem iguais consequências: são normas de imanente generalidade, e com o condão da infalibilidade. Não mais dirão o que se infere da lei, já que serão, elas mesmas, a Lei. "Leis" que dificilmente serão revistas, dado o claro desequilíbrio do sistema de contrapesos. O Judiciário será autor e juiz na análise da demanda que ele criou.

## **DIREITO E ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS**

Em seu sentido mais básico, a ideia humanitária, de solidariedade para com outros seres humanos, independentemente de suas origens e crenças, é milenar.

O direito internacional humanitário confere ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a outras organizações humanitárias imparciais o direito de oferecer seus serviços em situações de conflito.

Formado por um conjunto de convenções e tratados cujo marco contemporâneo internacional é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A Declaração Universal baseia-se na ideia de que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, enunciada em seu primeiro artigo. A Declaração, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os dois últimos aprovados pela Assembleia Geral da ONU em 1966, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos (International Bill of Rights).

As convenções e os tratados internacionais versam sobre direitos de indivíduos e coletividades. Direitos de crianças, mulheres, idosos e de outros grupos específicos são objeto de legislações mais detalhadas. Estados de emergência ou sítio previstos em legislações nacionais podem restringir direitos humanos e liberdades fundamentais, em nome da defesa da ordem pública e da segurança nacional, em situações que não são qualificadas de conflito armado e, portanto, nas quais as garantias previstas no direito internacional humanitário não são aplicáveis. Mas há direitos humanos que não são derogáveis em nenhuma circunstância – são os chamados direitos inalienáveis, entre eles o direito à vida, à liberdade de pensamento, de consciência e religiosa, e a proibição da escravidão e da tortura.

O artigo 15º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem contém uma disposição similar. Todos os anos a Sub-Comissão de Luta contra as Medidas Discriminatórias e Proteção das Minorias examina os estados de exceção e o respeito pelos direitos humanos durante este tipo de situações. Contudo, a necessidade de proteger os direitos humanos mesmo em tempo de guerra foi plenamente reconhecida, prevendo o artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra de Direito Internacional Humanitário de 1949 que, em caso de conflitos armados, as pessoas protegidas pelas Convenções serão em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos busca proteger o indivíduo em qualquer tempo, lugar ou situação, enquanto o Direito Internacional Humanitário orienta-se essencialmente para o amparo da pessoa humana atingida em situações de graves hostilidades, como nos embates armados, incluindo, portanto, a população civil, feridos, doentes, prisioneiros de guerra ou detidos civis; médicos, religiosos, e os membros da Cruz Vermelha.

O reconhecimento de um direito à assistência humanitária encontra-se presente no artigo 28º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: Toda pessoa tem direito a que reine no plano social e no plano internacional uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

A assistência humanitária foi sendo inscrita em convenções internacionais ao longo dos anos com o intuito de garantir direitos mínimos à vida e à integridade física do ser humano. Entretanto, como na realidade os Estados não aceitaram a sua internacionalização, o que não deu ensejo à sua eficácia plena, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral tiveram que implementar a assistência humanitária através de resoluções.

De acordo com estudos sobre o tema, algumas situações que se pode invocar a *ratione temporis*, como forma de aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário. A primeira diz respeito ao começo da sua aplicabilidade que se inicia com as hostilidades entre as partes em embate e estende-se até o término da ocupação militar. Na segunda categoria das regras aplicáveis, encontram-se as normas que não possuem, por vontade dos próprios Estados acordantes desses tratados, uma temporalidade limitada. São aquelas regras aplicáveis permanentemente desde a entrada em vigor dos convênios. A terceira categoria das regras impõe que em virtude de sua finalidade jurídica, ou seja, da *ratio legis*, devem surtir efeitos até que seus propósitos sejam alcançados.

O humanitarismo se insere no Direito como uma atividade que presta assistência humanitária e trabalha em prol dos direitos humanos e sua proteção. Assim, a vítima da assistência não deve ser considerada como mero objeto de caridade, mas sujeito portador de direitos.

## **ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS: FILOSÓFICA (JUSNATURALISTA), TEOLÓGICA E HISTÓRICO-SOCIAL**

É na modernidade que o Jusnaturalismo rompe com a visão teocêntrica. Hobbes, em sua obra, *De Cive* observa a Lei natural como algo que existe tanto no Estado de Natureza como no Estado Político, ocorre, entretanto que esta Lei se subordina a Lei Civil no caso político, e isso gera uma profunda discussão se Hobbes é ou não um Jusnaturalista. Rousseau ao propor uma organização política que vise o bem comum, resgata no Direito Natural sua inspiração. Locke, com sua visão contratualista considera que a Propriedade é algo natural.

Na definição de Thomas Hobbes, temos a seguinte constatação: “Uma Lei de Natureza (*lex naturalis*) é um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa para destruir a sua própria vida ou privá-lo dos meios necessários para a preservar, ou omitir aquilo que pense melhor contribuir para a preservar. ”

E complementa o mesmo filósofo ao tratar da lei natural e da lei positiva, em importante assertiva: “Outra maneira de dividir as leis é em naturais e positivas. As [leis] naturais são as que têm sido desde a eternidade, e não são apenas chamadas naturais, mas também leis morais. Consistem nas virtudes morais, como a justiça, a equidade, e todos os hábitos de espírito propícios à paz e à caridade. As positivas são as que não existem desde toda a eternidade, e foram tornadas leis pela vontade daqueles que tiveram o poder soberano sobre os outros. Podem ser escritas, ou então dadas a conhecer aos homens por qualquer outro argumento da vontade do legislador. ”

De acordo com Leo Strauss e Laurence Bernes, Thomas Hobbes busca refutar as Teorias Clássicas, alegando que fracassaram na busca pela paz, justamente por admitir que o homem fosse um animal naturalmente político e social. Ao fazer isso, alinha-se à tradição epicurista, fundamentando-se no pressuposto de que o homem é apolítico e que o bem fundamental (que, portanto, não pode ser comum), é idêntico ao prazer: funda, assim, o hedonismo político. Muito embora isso, afirmam os dois autores que, para Hobbes, o mais admirável dos filósofos antigos seria Platão, que estabeleceu a matemática como a mãe de toda ciência da natureza. Dessa forma, conclui-se que a filosofia hobbesiana orientar-se-á pelo mecanicismo da matemática e da física epicurista, pois somente a matemática sobrevive ao ceticismo que sempre atravessou os tempos. Para John Locke (1632-1704), os direitos naturais decorrerão da Lei Natural, numa refutação à Thomas Hobbes e afiliação ao pensamento tradicional.<sup>23</sup> Esta seria um imperativo da razão,

eterno e imutável, evidente e inteligível para todos os homens. Ainda, a mesma Lei Natural seria uma declaração da vontade de Deus, conhecida como tal e dotada de sanções transcendentais, tal qual castigo eterno ou visão beatífica. Acontece que por não conseguir demonstrar a existência de outra vida em um plano transcendente, a razão natural não seria capaz de conhecer a Lei Natural como lei. A solução para isso veio com a boa-nova trazida pelo Cristo, que deu a conhecer aos homens, através da união hipostática, a Revelação em diversos campos. O contratualismo de Jean-Jacques Rousseau seguirá pela mesma base. A obra fundamental para a pesquisa será o Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, a despeito de se pensar que seja Do Contrato Social, pelo motivo de que no Discurso, analisa o homem no estado de natureza que se reuniria para formar o Estado. Rousseau admira os clássicos, como se depreende da leitura dessas duas obras fundamentais. Para ele, a virtude é sobretudo a virtude política, um dar-se ao pacto, que o renova constantemente. Abandona-se a Liberdade natural para que se concretize a liberdade convencional.

O jusnaturalismo ou o direito natural é a corrente de pensamento jurídico-filosófica que pressupõe a existência de uma norma de conduta intersubjetiva universalmente válida e imutável.

O direito natural que os escritores chamam de “jus naturale” é a liberdade de toda pessoa tem de usar o seu próprio poder a seu arbítrio para a conservação da sua natureza, isto é, da sua vida, e, conseqüentemente, de fazer qualquer coisa que, segundo o seu próprio juízo e a sua razão, considere como o meio mais idôneo para este fim. (HOBBS Thomas, Leviatano, Editora Laterza, Roma, 2011, pág. 105 )

O jusnaturalismo ou o direito natural é a corrente de pensamento jurídico-filosófica que pressupõe a existência de uma norma de conduta intersubjetiva universalmente válida e imutável, fundada sobre a peculiar ideia da natureza preexistente em qualquer forma de direito positivo que possa formar o melhor ordenamento possível para regular a sociedade humana, principalmente no que se refere aos conflitos entre os Estados, governos e suas populações.



O Humanismo foi um aspecto fundamental do Renascimento, mais precisamente o aspecto em virtude do qual o Renascimento é o reconhecimento do valor do homem em sua totalidade e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e da história.

É possível identificar três fases distintas do movimento humanista, a saber: entre os anos de 1304 a 1374 houve a fase precedente, que prenunciava o Humanismo na sua versão mais primitiva e pouco pragmática. Nesta fase, na Itália, viveu Francesco Petrarca (1304-1374). Considerado o “Pai do Humanismo”.

Giovanni Boccaccio (1313-1375) também se sobressaiu escrevendo “Decameron”, sua obra-prima, precursora da literatura humanista.

Entre os anos de 1374 a 1494 houve a fase intermediária marcada pela queda de Constantinopla e pela morte do filósofo Pico della Mirândola (1463-1494), que distinguiu-se pelo seu saber enciclopédico.

“De omni re scibili” era a divisa de Pico della Mirândola. Sempre buscando o conhecimento sobre todos os ramos das ciências humanas, o humanista italiano defendeu dezenas de teses na área filosófica e teológica.

Entre os anos de 1494 a 1564 tem-se o período áureo do Humanismo. Marca seu término o Concílio de Trento, que dá ensejo à Contra-Reforma. O Humanismo, sobretudo no seu aspecto literário, caracterizou-se pela ênfase dada à cultura antiga em contraposição à escolástica da Idade Média. O culto ao classicismo dos tempos da antiga Grécia e de Roma marcou a literatura de então.

A Magna Carta da Inglaterra do século XIII vem sendo apontada como precursora das futuras declarações de direitos humanos. Muito embora não constitua uma afirmação universal de direitos humanos, o referido documento teve o mérito de restringir o poder absoluto do monarca, consagrando os direitos dos barões e dos prelados ingleses.

Não obstante o fato de a Inglaterra ter dado o impulso inicial, foi na América do Norte que surgiu a primeira Declaração de Direitos, em 12 de janeiro de 1776, cuja cláusula primeira proclamava: “todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes”.

Em 26 de agosto de 1789 a Assembleia Nacional Francesa aprovou sua “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que devido às repercussões da Revolução Francesa, exerceu maior influência que a declaração norte-americana, apesar de estar nesta fundamentada.



A referida Declaração foi inspirada nos ideais iluministas e humanistas e proclamava a igualdade dos homens, a liberdade individual e o direito de resistência à opressão. Abalou as estruturas do absolutismo europeu, refletindo-se nos movimentos revolucionários que abalaram o mundo no século XIX.

No século XX, a Constituição da República de Weimar, de 11 de agosto de 1919, na qual tiveram destaque os direitos sociais, serviria de base para o futuro reconhecimento dos direitos fundamentais.

A ideia de uma nova declaração de direitos surgiu no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 10 de dezembro de 1948 a terceira Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o documento intitulado “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Ao proclamar os direitos fundamentais, a ONU tornou evidente não se tratar de concessão ou reconhecimento, esclarecendo que a existência de tais direitos independe de qualquer vontade ou formalidade uma vez que eles são inerentes a pessoa humana, nenhum indivíduo, entidade, governo ou Estado tem legitimidade para retirá-los ou restringi-los.

Por direitos humanos entendemos um conjunto de faculdades e instituições que em determinado momento histórico, concretiza as exigências da dignidade, a liberdade e igualdade humana, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos a níveis nacional e internacional.

Esses direitos são concebidos de forma a incluir aquelas reivindicações morais e políticas que no consenso contemporâneo, todo ser humano tem o dever de ter perante sua sociedade ou governo, reivindicações essas reconhecidas como de direito e não apenas por amor, graça ou caridade (MELLO, 2001).

Os direitos humanos distinguem-se dos concretos. O direito positivo é de competência do Estado, que busca igualar fracos e fortes, garantindo-lhes salário digno, moradia, educação, assistência à saúde, etc. Por outro lado os direitos humanos existem numa área livre da intervenção estatal.



De fato não está correto pensar que os direitos humanos se substituem ao longo do tempo, pois na verdade há um processo de cumulação e expansão permanente.

## UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E MULTICULTURALISMO

A partir da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos da América, o desenvolvimento histórico dos direitos humanos passa por sua primeira fase, que é da positivação.

Com a materialização de certos direitos naturais, inerentes ao ser humano, em textos legais situados no ápice do ordenamento jurídico dos Estados citados, outras nações passam a trazer esses direitos (E agora são direitos fundamentais, pois foram positivados nesses ordenamentos jurídicos) em suas constituições, como Cádiz (1812), Bélgica (1831), Espanha (1837), Alemanha (1919) etc.

Os direitos humanos são inerentes à pessoa, independentemente de sua posição social, raça, credo, origem etc.

Concomitantemente ao processo de generalização, surge o fenômeno da internacionalização dos direitos humanos. Esses direitos saem da agenda doméstica e passam a dominar a agenda internacional. Ocorre a partir do século XIX, com o estabelecimento dos primeiros tratados de direitos humanos (especialmente tratados para a abolição da escravidão), impondo limites à soberania dos Estados no trato com seres humanos.

São as ações de discriminação positiva, que se dividem em:

- **Discriminação igualitária positiva** – visa a um indivíduo, sem prejudicar outros, como a concessão de benefícios da seguridade social por velhice;

- **Ação positiva (ação afirmativa)** – visa a um coletivo e se subdividem em:

- ✓ ação positiva moderada – visa a um grupo sem prejudicar os demais, como a disponibilidade de elevadores nas estações de metro para pessoas com deficiência física;
- ✓ discriminação inversa – beneficia um grupo, mas prejudica outros, como o caso das quotas.

A evolução da sociedade e das culturas no mundo existentes deu-se de forma exponencialmente maior e mais rápida do que o processo de criação das normas e efetivação dos valores nelas contidos.

Ao tratar de violações de direitos humanos, é impossível não relacionar o tema com as duas grandes guerras mundiais ocorridas no século XX, mas principalmente a segunda guerra mundial que teve o estopim em 1939, com a invasão da Polônia pelos alemães na busca ao extermínio dos judeus e a segregação da „raça pura ariana“ dos demais povos, sendo que para o nazismo apenas os alemães deveriam ser pessoas titulares de direitos.

O processo que efetivamente deu início à internacionalização do DIDH se deu através da Carta de São Francisco em 1945, que foi redigida e assinada após vários encontros de chefes de Estado que buscavam a reestabelecer a ordem internacional que foi perdida com as guerras, tendo como pilares a paz e a proteção internacional aos direitos humanos.

O sítio da Organização das Nações Unidas (ONU) expõe detalhadamente como aconteceu esse processo, resumido através do seguinte trecho:

A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. No dia 26 de junho, último dia da Conferência, foi assinada pelos 50 países a Carta, com a Polônia – também um membro original da ONU – a assinando dois meses depois. As Nações Unidas, entretanto, começaram a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários.

O sistema global de proteção aos direitos humanos inspirou-se na idealização da promoção e proteção dos direitos humanos em esfera geográfica global.

O multiculturalismo pode ser entendido numa perspectiva de que a própria expressão é autoexplicativa, no sentido de tratar de diversas culturas, guardando relação com a quantidade delas, e que em seu âmbito estão dispostas identidades heterogêneas, permeadas por cultura religiosa, étnica, linguística, sexual, diversas entre si.

## DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Os direitos humanos no Brasil são garantidos na Constituição de 1988. Nessa constituição, consagra no artigo primeiro o princípio da cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Ao longo da constituição, encontra-se no artigo 5.º o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade, além de outros, conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos. Os direitos individuais têm como sujeito ativo o indivíduo humano, os direitos coletivos envolvem a coletividade como um todo, direitos difusos, aqueles que não conseguimos quantificar e identificar os beneficiários e os direitos de grupos são, conforme o Código de Defesa do Consumidor, são direitos individuais "homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum".

A história dos direitos humanos no Brasil está vinculada com a história das constituições brasileiras. Na constituição de 1824 garantia direitos liberais, por mais que concentrasse poder nas mãos do imperador. Foi rejeitada em massa por causa da dissolução da constituinte. A inviolabilidade dos direitos civis e políticos contidos na constituição tinha por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Na constituição de 1891, a primeira constituição republicana, garantiu sufrágio direto para a eleição dos deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República, mas impediu que os mendigos, os analfabetos e os religiosos pudessem exercer os direitos políticos.

A força econômica nas mãos dos fazendeiros permitiu manipular os mais fracos economicamente. Com a Revolução de 1930, houve um desrespeito aos direitos humanos, que só seria recuperado com a constituição de 1934. Em 1937, com o Estado Novo, os direitos humanos eram quase inexistentes. Essa situação foi só recuperada em 1946, com uma nova constituição, que durou até 1967. Durante o Regime Militar, houve muitos retrocessos, como restrições ao direito de reunião, além de outros. Com o fim do regime militar, foi promulgada a constituição de 1988, que dura até os dias atuais.

O Brasil é membro da Organização dos Estados Americanos e ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos.



Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre os horrores da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas:

“Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações...”

Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Tratados e outras modalidades do Direito costumam servir para proteger formalmente os direitos de indivíduos ou grupos contra ações ou abandono dos governos, que interferem no desfrute de seus direitos humanos.

Algumas das características mais importantes dos direitos humanos são:

Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;

Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;

Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;

Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros;

Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

A expressão formal dos direitos humanos inerentes se dá através das normas internacionais de direitos humanos. Uma série de tratados internacionais dos direitos humanos e outros instrumentos surgiram a partir de 1945, conferindo uma forma legal aos direitos humanos inerentes.

A criação das Nações Unidas viabilizou um fórum ideal para o desenvolvimento e a adoção dos instrumentos internacionais de direitos humanos. Outros instrumentos foram adotados a nível regional, refletindo as preocupações sobre os direitos humanos particulares a cada região.

A maioria dos países também adotou constituições e outras leis que protegem formalmente os direitos humanos básicos. Muitas vezes, a linguagem utilizada pelos Estados vem dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

As normas internacionais de direitos humanos consistem, principalmente, de tratados e costumes, bem como declarações, diretrizes e princípios, entre outros.

## **DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL**

Para darmos início aos estudos sobre os Direitos Humanos e Serviço Social, iniciemos com a leitura do Art. 5º. Este artigo é muito comentado nos estudos de Direito e é o assunto principal para aqueles que desejam estudar para concurso público.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;



XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

(Q36624)Direito Constitucional - Direitos e Garantias Fundamentais - Nível Médio - Soldado Bombeiro Militar - Bombeiro Militar PE - IPAD - 2006. Assinale a alternativa correta sobre o Princípio da Igualdade entre homens e mulheres, previsto no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal:

- a) O tratamento diferenciado em razão do sexo pode ser admitido se a finalidade pretendida for atenuar os desníveis existentes entre homens e mulheres.

- b) Existe violação ao princípio da isonomia entre homens e mulheres se, na relação de emprego, for criada discriminação com base na natureza das atribuições e funções exercidas em razão do sexo.
- c) Para fins de admissão ou de permanência na relação de emprego, considera-se constitucional a exigência de atestados de gravidez e esterilização.
- d) A diferença de critério de admissão em concursos públicos entre homens e mulheres sempre será inconstitucional em face do princípio da isonomia.
- e) As corporações militares nunca se sujeitam ao princípio da isonomia entre homens e mulheres nunca, tendo em vista suas especificidades.

Resposta: A

(Q36625)Direito Constitucional - Direitos e Garantias Fundamentais - Nível Médio - Soldado Bombeiro Militar - Bombeiro Militar PE - IPAD - 2006. No que se refere à inviolabilidade do lar, assinale a alternativa incorreta:

- a) O termo domicílio, para efeito de proteção à inviolabilidade do lar prevista na Constituição Federal, tem amplitude menor do que no direito privado.
- b) Os casos de flagrante delito, desastre e de prestação de socorro são exceções ao direito de inviolabilidade do lar.
- c) Poderá ser admitido, durante o dia, desde que por determinação judicial, o ingresso no lar do indivíduo.
- d) A administração tributária não pode, sem ordem judicial, invadir o domicílio alheio, em qualquer hora do dia, para apreender quaisquer objetos que possam interessar ao procedimento respectivo.
- e) É inconstitucional a violação do domicílio, durante o dia, por determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Resposta: A

(OAB/SP- 124º). A inviolabilidade de domicílio, assegurada pelo artigo 5º, XI, da Constituição Federal:

- a) pode ser suprimida por emenda à Constituição;
- b) pode sofrer restrição na vigência do estado de defesa, que permite a busca e a apreensão em domicílio, sem autorização judicial;
- c) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, mediante ordem judicial;
- d) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio para prestação de socorro.

Resposta: D

(TJ/SP- Magistratura- 177º Concurso). O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas:

- a) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de sítio, mas poderá sofrê-las na vigência do estado de defesa, mediante prévia autorização do Conselho da República;
- b) é inviolável, quanto à correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- c) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de defesa, mas poderá sofrê-las durante a vigência do estado de sítio;
- d) é inviolável, quanto às comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

Resposta: D

## **PERCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PELA CONSTRUÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS**

De um lado, aqueles que lamentavam a perda de uma política ativa na defesa dos negros, dos homossexuais e dos moradores de comunidades carentes, e de outras insinuações de que como defensora dos direitos humanos ela "defendia bandidos" e que isso poderia ter uma relação com seu assassinato.

Mas afinal, o que são direitos humanos? Defender os direitos humanos é defender bandidos? E há razões para o conceito ser comumente relacionado a determinados grupos políticos?

Direitos humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos, como, simplesmente, o direito à vida. Mas estão incluídos neles também o direito à moradia, à saúde, à liberdade e à educação.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, apontou que 57% da população de grandes cidades brasileiras concorda com a frase "bandido bom é bandido morto". Na prática, a afirmação é uma violação aos direitos humanos. Significa que mais da metade da população de grandes cidades defende a justiça feita pelas próprias mãos, atropelando o devido processo penal do Estado democrático de direito e defendendo o fim da vida de alguém, ou seja, violando o princípio mais básico dos direitos humanos: o direito à vida.

Filósofos da Idade Média e do início da Idade Moderna já falavam em seus livros que humanos tinham direitos fundamentais, explica à BBC Brasil o americano Samuel Moyn, professor de direito e história da Universidade Yale e autor do livro *The Last Utopia: Human Rights in History* (A Última Utopia: Direitos Humanos na História, em tradução livre).

Mas ele diz que só nas revoluções que levaram à independência dos Estados Unidos em 1776 e a Francesa, em 1789, normatizaram esse conceito.

Mais citado entre todos os especialistas, o documento que organizou e internacionalizou essas normas foi a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, da ONU, criada depois da Segunda Guerra Mundial.

"É com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que surge a noção contemporânea de que determinados direitos não podem ser retirados das pessoas por ninguém sob qualquer pretexto".

"Quando a pessoa é condenada por um crime, ela tem seu direito de ir e vir restringido, mas não perde outros direitos porque não deixou de ser uma pessoa."

Desde sua sistematização, porém, os direitos humanos sempre foram disputados por diferentes forças: a progressista, de um lado, e a conservadora de outro, por exemplo.

O debate sobre a expressão dos direitos humanos chega ao Brasil no fim da ditadura militar no país (1964-1985), quando se começa a denunciar a violação dos direitos dos presos políticos.

A transição da ditadura para a democracia foi o período em que se discutiu as limitações do uso abusivo da força policial. Foi quando ativistas passaram a reivindicar a proteção aos direitos humanos dos presos políticos.

E os direitos fundamentais, da vida, das liberdades civis, segurança, o direito de não ser acusado de forma arbitrária, tudo isso foi incorporado à Constituição de 1988.

A Luta Social foi um periódico anarquista publicado no Brasil nas primeiras décadas do século XX pelo grupo de intelectuais anarquistas conhecido como "Os Emancipados", e buscava fazer frente ao crescimento do bolchevismo no meio operário.

Nesse tipo de luta ocorre muito de as lideranças terem que arcar com os gastos – panfletos, cartazes e outros. O militante literalmente acaba tirando dinheiro do bolso. Dinheiro é sempre um tema polêmico e se os gastos não atingirem uma soma muito alta preferem bancar/pagar sem que se recolha alguma coisa dos moradores.

Naturalmente, com a luta surgem os riscos, as pressões, as ameaças. Por outro lado, surgem as tentativas de cooptação. Assim como times possuem olheiros [informadores] nos campeonatos de base, políticos e organizações buscam captar militantes dentre as lideranças populares que vão surgindo.

## **DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE: NEOLIBERALISMO, IMPERIALISMO E GLOBALIZAÇÃO**

Os processos de globalização atrelados ao novo modelo de produção e acumulação de capital, qual seja, o modelo neoliberal, culminou com o processo de reforma dos Estados-nações, resultando em consequências perversas, principalmente para os mais pobres e para os Estados pobres e/ou em vias de desenvolvimento.

Inicialmente, faz-se importante ressaltar que nesta parte do trabalho usaremos como principal argumento as reflexões de Boaventura de Souza Santos. Para o autor a globalização é um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas demasiadamente complexas. “A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todos do globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 1997, p. 108). Ainda mais, a Globalização:

“Interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência e a implosão de outros” (SANTOS, 2002, p. 26).

A globalização não é um fenômeno linear e consensual, mas um campo de conflitos entre grupos sociais, entretanto, há um campo hegemônico imposto através dos Estados poderosos, que atua na base de um consenso, qual seja, o consenso neoliberal (Consenso e Washington), que foi imposto pelos Estados centrais do sistema mundial. Todavia, este consenso está relativamente fragilizado, diante de divergências no interior do campo hegemônico. Segundo Boaventura, (SANTOS, 2002. p. 29).

“Em suma, a globalização econômica é sustentada pelo consenso neoliberal cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros (...); subordinação dos Estados nacionais às



agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio” (SANTOS, 2002. p. 31)

O Neoliberalismo é um termo que, especialmente a partir do final dos anos 1980, tem sido empregado em economia política e economia do desenvolvimento, em substituição a outros termos anteriormente utilizados, tais como monetarismo, neoconservadorismo, Consenso de Washington ou "reforma do mercado", por exemplo, sobretudo numa perspectiva crítica, para descrever o ressurgimento de ideias derivadas do capitalismo laissez-faire (apresentadas pelo liberalismo clássico) e que foram implementadas a partir do início dos anos 1970 e 1980. Seus defensores advogam em favor de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio, e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia.

A denominação "neoliberal" assemelha-se ao termo 'neoclássico' na História da Arte. Quando se afirma a existência de governos "neoliberais", a utilização do prefixo 'neo' não se refere a uma nova corrente do liberalismo, mas à aplicação de alguns dos preceitos liberais consagrados mas num contexto histórico (qual seja, o contemporâneo) diverso daquele no qual foram formulados (no início do século XVII, na Inglaterra, através de John Locke).

O primeiro governo democrático a se inspirar nos princípios neoliberais foi o de Margaret Thatcher, na Inglaterra, a partir de 1980. Depois de persuadir o Parlamento Britânico da eficácia do programa neoliberal, Thatcher fez aprovar leis que revogavam direitos dos trabalhadores, privatizou empresas estatais e estabilizou a moeda. Tal era o seu entusiasmo pelo discurso neoliberal, então em voga, que seu governo acabou por recriar a capitação, um tributo altamente regressivo, aplicado pela última vez no século XVII. Oficialmente denominado Community Charge e mais conhecido como "Poll tax" ou head tax tratava-se de um imposto de valor fixo a ser pago por todo e qualquer cidadão, independentemente da renda ou capacidade de pagamento.

A globalização é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, que teria sido impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI. Embora vários estudiosos situem a origem da globalização em tempos modernos, outros traçam a sua história muito antes da era das descobertas e viagens ao Novo Mundo pelos europeus. Alguns até mesmo traçam as origens ao terceiro milênio a.C.

O termo "globalização" tem estado em uso crescente desde meados da década de 1980 e especialmente a partir de meados da década de 1990. Em 2000,

o Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou quatro aspectos básicos da globalização: comércio e transações financeiras, movimentos de capital e de investimento, migração e movimento de pessoas e a disseminação de conhecimento. Além disso, os desafios ambientais, como a mudança climática, poluição do ar e excesso de pesca do oceano, estão ligados à globalização.

A globalização afeta todos os setores da sociedade, principalmente comunicação, comércio internacional e liberdade de movimentação, com diferente intensidade dependendo do nível de desenvolvimento e integração das nações ao redor do planeta.

O acesso instantâneo de tecnologias, principalmente novos medicamentos, novos equipamentos cirúrgicos e técnicos, o aumento na produção de alimentos e o barateamento no custo têm causado, nas últimas décadas, um aumento generalizado da longevidade dos países emergentes e desenvolvidos. De 1981 a 2001, o número de pessoas vivendo com menos de um dólar estadunidense por dia caiu de 1,5 bilhão de pessoas para 1,1 bilhão, sendo a maior queda da pobreza registrada exatamente nos países mais liberais e abertos à globalização.

Na República Popular da China, após a flexibilização de sua economia comunista centralmente planejada para uma nova economia socialista de mercado, e uma relativa abertura de alguns de seus mercados, a porcentagem de pessoas vivendo com menos de 2 dólares estadunidenses caiu 50,1%, contra um aumento de 2,2% na África sub-saariana. Na América Latina, houve redução de 22% das pessoas vivendo em pobreza extrema de 1981 até 2002.

Embora alguns estudos sugiram que, atualmente, a distribuição de renda ou está estável ou está melhorando, sendo que as nações com maior melhora são as que possuem alta liberdade econômica pelo Índice de Liberdade Econômica, outros estudos mais recentes da Organização das Nações Unidas indicam que "a 'globalização' e 'liberalização', como motores do crescimento econômico e do desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas".

Para o ganhador do Prêmio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel Joseph Stiglitz, a globalização, que poderia ser uma força propulsora de

desenvolvimento e da redução das desigualdades internacionais, está sendo corrompida por um comportamento hipócrita que não contribui para a construção de uma ordem econômica mais justa e para um mundo com menos conflitos. Esta é, em síntese, a tese defendida em seu livro *A globalização e seus malefícios*: a promessa não-cumprida de benefícios globais. Críticos argumentam, no entanto, que a globalização fracassou em alguns países exatamente por motivos opostos aos defendidos por Stiglitz: porque foi refreada por uma influência indesejada dos governos nas taxas de juros e na reforma tributária.

No geral, a globalização é vista por alguns cientistas políticos como o movimento sob o qual se constrói o processo de ampliação da hegemonia econômica, política e cultural ocidental sobre as demais nações. Ou ainda que a globalização é a reinvenção do processo expansionista americano no período pós-guerra fria (esta reinvenção tardaria quase 10 anos para ganhar forma) com a imposição (forçosa ou não) dos modelos políticos (democracia), ideológico (liberalismo, hedonismo e individualismo) e econômico (abertura de mercados e livre competição).

Vale ressaltar que este projeto não é uma criação exclusiva do estado norte-americano e que tampouco atende exclusivamente aos interesses deste, mas também é um projeto das empresas, em especial das grandes empresas transnacionais, e governos do mundo inteiro. Nesta ponta surge a inter-relação entre a Globalização e o Consenso de Washington.

## Referências Bibliográficas

Sobre o autor:

Jorge Rubem Folea de Oliveira é Mestrando em Direito na Faculdade de Direito da UFRJ e Advogado no Rio de Janeiro. Introdução à Ciência do Direito. 29. ed. Rio

de Janeiro : Freitas Bastos, 1989. p. 23.2 Introdução ao estudo do Direito. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1987. p. 23. O direito como meio de controle social

ou como instrumento de mudança social? Brasília a. 34 n. 136 out./dez. 1997

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Estado de direito.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado\\_de\\_direito](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_direito)

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Vinício Martinez. Estado de Direito. Jus Brasil.

Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/7786/estado-de-direito>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Alessandro Marques de Siqueira. Estado Democrático de Direito. Separação de poderes e súmula vinculante.

Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/12155/estado-democratico-de-direito>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Guia de Fontes em Ajuda Humanitária. Glossário.

Disponível em:

<https://guiadefontes.msf.org.br/termo/direito-internacional-humanitario/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Catarina Woyames. O Direito Internacional Humanitário: a procura por uma alternativa eficaz à prática humanitária.

Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/25894/o-direito-internacional-humanitario-a-procura-por-uma-alternativa-eficaz-a-pratica-humanitaria>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Direito natural e jusnaturalismo. Alvaro de Azevedo Gonzaga. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, Abril de 2017. Enciclopédia Jurídica PUCSP.

Disponível em:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/63/edicao-1/direito-natural-e-jusnaturalismo>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Vanessa Massaro. Reflexões sobre o jusnaturalismo.

Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/39884/reflexoes-sobre-o-jusnaturalismo>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Âmbito Jurídico. História dos direitos humanos e seu problema fundamental.

Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-23/historia-dos-direitos-humanos-e-seu-problema-fundamental/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Marcus Vinícius Reis, advogado, máster em direitos fundamentais pela Universidade Carlos III de Madri. MULTICULTURALISMO E DIREITOS HUMANOS.

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Larissa Fiori. Larissa Cristina Fiori. Lívia Rossi de Rosis Peixoto. A universalização dos direitos humanos em face do multiculturalismo.

Disponível em:

<https://larifiori.jusbrasil.com.br/artigos/246179480/a-universalizacao-dos-direitos-humanos-em-face-do-multiculturalismo>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Wikipédia, a enciclopédia livre.Direitos humanos no Brasil.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos\\_humanos\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos_no_Brasil)

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Nações Unidas Brasil.O que são os direitos humanos?

Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Atividade Legislativa.Art.5º.Senado Federal.

Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_5\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp)

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Juliana Gragnani.BBC Brasil em Londres.O que são direitos humanos e por que há quem acredite que seu propósito é a defesa de 'bandidos'?

Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43465988>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Wikipédia, a enciclopédia livre.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Luta\\_Social](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Luta_Social)

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Débora. Doze condições da luta social.

Disponível em:

<https://passapalavra.info/2012/09/64743/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Âmbito Jurídico. Globalização, exclusão social, e Direitos Humanos na sociedade contemporânea.

Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-75/globalizacao-exclusao-social-e-direitos-humanos-na-sociedade-contemporanea/>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Wikipédia, a enciclopédia livre. Neoliberalismo.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020

Sobre o autor:

Wikipédia, a enciclopédia livre. Globalização.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o>

Pesquisa realizada em: 06/03/2020